

MOVIMENTO
DE APOIO A ELEIÇÃO DE
**Maria de Lourdes
Pintasilgo**

R. João das Regras, 151
4000 PORTO
Telef. 26933

Intervenção de

Prof. Nuno Grande

Fundação Cuidar o Futuro



Senhora Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo e Meus Amigos,

Escolher a cidade do Porto, símbolo histórico da defesa dos Direitos Cívicos em Portugal, para aqui formalizar um acto do alcance dos que testemunhamos, tem um duplo significado que pretendo realçar:

Por um lado, é o reconhecimento do valor cultural da Liberdade que esta cidade simboliza; Por outro, é a já prática concreta do discurso político desta Candidatura que defende a participação regional na estruturação do colectivo português, com o respeito intransigente das especificidades.

A longa caminhada que encetamos juntos há um ano, permite, desde já, afirmar, com dados objectivos que há milhares de Portugueses que são capazes de dar inteligência e dedicação, vontade e empenhamento, para que a Nação recupere Dignidade e deixe de haver portugueses humilhados.

Fei possível erguer com seriedade, eficácia e modestos recursos financeiros, um Movimento que se implanta em todas as parcelas de Portugal, porque é portador de uma mensagem de contornos definidos.

Esta mensagem é de tal modo identificável com os valores mais profundos do Povo Português que torna imperativa a mudança do discurso dos seus adversários que, num passado menos recente consideravam que alguns portugueses estavam já "no caixote do lixo da História" por serem comunistas e que hoje apelam, mais ou menos veladamente para o apoio do respectivo partido, ou, ainda um passado mais recente também excluíam aqueles portugueses e que hoje se dirigem a pedir o voto aos 7.500.000 eleitores, sem cuidarem já de saber da filiação partidária.

Isto significa que foi adoptado o conceito que a Eng^a. Maria de Lourdes Pintasilgo e nós mesmos. desde há muito, vimos enunciando e que apela para a participação de Todos os Portugueses na reconstrução urgente e necessária da sociedade portuguesa, pela harmonização das consciências.

É evidente que tem V.Excelência o crédito para tal, porque é verdadeiramente independente.

Esta característica também foi assumida por outros, mas como não é possível mimetizá-la, por se tratar de um posicionamento filosófico perante a vida



e não alguma coisa que se adquira à pressa, vemos que os mesmos que constantemente se afirmam independentes, simultâneamente se deixam enfeudar a interesses de grupos ou de personagens, de modo mais ou menos expresso, mas que não escapa à consciência crítica dos portugueses verdadeiramente livres.

A necessidade de escolha de um candidato suprapartidário e independente resulta da complexidade dos problemas com que a sociedade portuguesa se debate, que exige largos consensos, a mobilização dos valores humanos que constituem a maior riqueza deste Povo, um projecto político-cultural que nos coloque na posição de parceiros iguais e inteiros no contexto das Nações a que habitualmente nos ligam afinidades de objectivos.

Tal facto não se compadece com a bipolarização estática da sociedade portuguesa, que em 1980 era evidente e que se pretende restaurar, por falta de sentido da modernidade.

O novo Presidente da República terá que fazer a gestão dos contrários que uma nova dinâmica social tornou evolutivamente mutáveis.

Por isso, também, a fórmula - um Presidente, uma maioria e um governo - é já anacrónica e geradora de conflitos e bloqueios, por vezes com consequências dramáticas, particularmente nas Democracias com menos tradições.

Fundação Cuidar o Futuro

Por isso, a afirmação de V.Ex.^a de que as clivagens em Portugal são poli-cêntricas e, apoderando-se desta visão, os que ainda há pouco defendiam aquele ponto de vista, hoje inflectiram o discurso e consideram que, como a nossa Candidata sempre afirmou, o Presidente da República é o procurador de Todos os Portugueses.

Discurso e atitudes plagiadas, ou a produzir pedagogicamente efeitos, há no entanto um aspecto fundamental que caracteriza a candidatura que estamos a construir. É que, a Senhora Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que se propõe com um Projecto de intervenção atento e permanente na vida político-administrativa, nos limites constitucionais vigentes de modo a procurar desbloquear os problemas que caracterizam a actividade social portuguesa. A nossa Candidata não receia afirmar que a Constituição confere a possibilidade de o Presidente da República contribuir, em convergência solidária com o Parlamento e com o Governo que dele emana le-



gítimamente, para a decisão de se tomarem as medidas que procurem o bem estar e o progresso dos seus concidadãos no respeito dos interesses do País.

A nossa Candidata considera que a Constituição Portuguesa não é restritiva da actividade do Presidente, mas apenas define claramente, os seus verdadeiros parâmetros. Todavia, permite que o Presidente da República se mantenha quase como mero observador, não intervindo, mesmo nas grandes decisões que o jovem tem que assumir, ficando num papel de juiz-árbitro, cómodo, mas completamente inútil.

Da experiência recente da história da nossa Pátria, se levantam algumas questões fundamentais:

Poderá o Presidente da República continuar como mero expectador em face das orientações económicas que permitem salários em atraso, ou o não pagamento das indemnizações das empresas nacionalizadas?

Poder-se-á manter interveniente no processo que permitiu diminuir a dívida externa à custa da fome de portugueses, da ausência de trabalho para a maioria dos jovens, da falência dos pequenos e grandes empreendimentos?

Fundação Cuidar o Futuro

Poderá o Presidente da República limitar-se a tomar conhecimento dos indicadores de degradação social, como a corrupção, a arbitrariedade, a marginalização e a irresponsabilidade, sem procurar, conjuntamente com as instituições legítimas e vocacionadas para tal, encontrar mecanismos que recuperem a segurança, a confiança, a solidariedade social e o dever de participar no Desenvolvimento do País?

Só por má fé ou objectivos escusos se poderá afirmar haver um projecto de governo, na concepção moderna da importância da instância presidencial que a nossa Candidata propõe, o 25 de Abril merece, o Futuro próximo exige.

Se assim não for, continuaremos a ver usar o Presidente da República a excepcional medida de dissolver a Assembleia da República, sem qualquer benefício político-social, apenas adiando as soluções dos nossos problemas o que será, a partir de agora, uma medida de alto risco em face das exigências que a Nação assumiu no Espaço Económico Europeu.



O Presidente da República que tem a visão da Senhora Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo cumpre e faz cumprir a Constituição. E porque disso temos a certeza, sabemos que contribuirá para transformar o aparelho de Estado que sendo centralizado, imediatista e improvisador, sem programas e em busca de soluções normalmente desfasadas, precisa de ser regionalizado, plnificado, transparente e participado pelos cidadãos. Tais características estão expressas na Constituição, mas não foram cumpridas perante a passividade de todos os responsáveis.

Manter tal orientação, ainda que à imagem e semelhança de uma acção que se objectivou por raras intervenções discursivas, será contribuir para o agravamento do bloqueio social que não encontrou soluções para dar continuidade às políticas de Saúde, da Educação, de Desenvolvimento e de Cooperação com as Nações, especialmente de Língua Portuguesa, políticas que sendo de âmbito Nacional, deverão resistir às naturais mudanças de estilo de governo qua a alternância Democrática pressupõe.

Ora, com esta alternância é ela própria o sentido e o vigor da própria Democracia, a continuidade dos projectos nacionais, não pde ser posta em causa em cada acto de eleição legislativa, e deve ser garantida pelo Presidente da República, que, num regime semi-Presidencialista, deve promover o regular funcionamento das Instituições Democráticas e, portanto, intervir quando estas forem bloqueadas por razões que atentem contra os interesses nacionais. Por isso, pergunto se um Presidente da República passivo, sem um projecto verdadeiramente nacional, pode participar na busca das soluções e na mobilizaçã das capacidades do País?

Não, provavelmente, não pode.

Por isso, aqui estamos, decididos a continuar a nossa caminhada, com a firmeza de quem acredita e defende o Progresso e o Prestígio de Portugal, acima de qualquer valor pessoal.

É que, tanto como Pão e justiça, reclamamos um sentido para as nossas vidas, porque acreditamos que, só desse modo daremos às novas gerações justificação necessária para que assumam a responsabilidade de continuar o nosso destino histórico.

